

Sr. Paulo Abrão

Secretário Executivo da Comissão Interamericana de Direitos Humanos - Organização dos Estados Americanos

1889 F Street, NW
Washington, D.C. 20006
Estados Unidos da América

As organizações signatárias dirigem-se respeitosamente à presença de Vossa Excelência para manifestar sua mais profunda preocupação com fatos que estão ocorrendo no Brasil no processo eleitoral em curso, que, em nosso entender, colocam em xeque o Estado Democrático de Direito e violam os mais basilares compromissos de Direitos Humanos internacionalmente assumidos pelo Estado brasileiro.

O Brasil vive um dos mais acirrados e violentos processos eleitorais de sua história, com a eclosão de casos concretos e recorrentes de ameaças, agressões e, inclusive, assassinatos em decorrência de divergências de posicionamentos políticos. A expressão livre e plural está cerceada, gerando um clima de medo e intimidação. A intolerância com a divergência tem se materializado em inúmeros casos de agressões verbais e físicas, ameaças e até mesmo mortes.

A violência tem tomado proporções preocupantes manifesta em discursos de ódio e ataques concretos, em sua maioria destinados a grupos marginalizados (mulheres, população LGBTTI, população negra, povos indígenas, quilombolas e nordestinos/as).

A maior parte dos atos de violência estão relacionados aos apoiadores do candidato Jair Bolsonaro, candidato pelo Partido Social Liberal (PSL). O referido candidato, que exerce seu sétimo mandato na Câmara dos Deputados, é conhecido por suas manifestações racistas, machistas e homofóbicas. Por exemplo, atuou para impedir a distribuição de material educativo sobre a população LGBTI em escolas.¹ Bolsonaro vem incentivando a violência, legitimando e incentivando práticas contrárias aos direitos humanos em suas manifestações públicas. Essa semana o candidato recebeu o apoio de ex-líder Ku Klux Klan ao dizer "Ele soa como nós".²

¹<https://congressoemfoco.uol.com.br/eleicoes/na-camara-bolsonaro-prioriza-militares-e-ignora-saude-e-educacao/>

²<https://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/bbc/2018/10/16/ku-klux-klan-david-duke-bolsonaro.htm>

Na sessão da Câmara dos Deputados que votou o processo de impeachment de Dilma Rousseff, Bolsonaro dedicou seu voto, a favor do afastamento da presidenta, ao Coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, que foi chefe do DOI-CODI (sistema de inteligência da ditadura militar), conhecido por seu envolvimento em diversos casos de tortura. Meses depois, Jair Bolsonaro disse ainda: "O erro da ditadura foi torturar e não matar" (entrevista à rádio Jovem Pan em junho de 2016)³.

Esses são exemplos de manifestações contrárias aos direitos humanos e de apologia à violência expressadas pelo parlamentar e agora candidato. Durante essas eleições, tais práticas ganharam proporções que têm fugido ao controle das instituições brasileiras, impondo-se que tais fatos sejam trazidos ao conhecimento dos organismos internacionais. Também é importante informar que o candidato Jair Bolsonaro declarou em transmissão ao vivo pela internet, logo após a divulgação do resultado da votação do primeiro turno: "Vamos botar um ponto final em todos os ativismos no Brasil"⁴. A declaração é mais uma afronta aos direitos humanos, ferindo frontalmente o direito constitucional de liberdade de associação e de manifestação política.

Não bastasse o até aqui relatado, também urge reportar que Jair Bolsonaro tem, desde antes do processo eleitoral, colocado em xeque também a legitimidade das eleições e instituições brasileiras, afirmando, mesmo antes do primeiro turno das votações, que as urnas eletrônicas brasileiras estariam sendo fraudadas por seu concorrente e que não se conformaria com resultado distinto de sua vitória, insuflando seus apoiadores ao não reconhecimento do pleito em caso de derrota. Chegou a circular no Whatsapp mensagem convocando "preparação para ação e reação patriótica" no dia 28 de outubro de 2018. O texto dizia que "só com fraude eleitoral Bolsonaro não será eleito", "Ação: votar 17", "Reação: parar indefinidamente o Brasil até patriotas e forças armadas deflagrarem um contragolpe ao golpe eleitoral" circulando nas mídias sociais.

Outro ponto que se destaca é que a corrida eleitoral deste ano está sendo majoritariamente operada através da difusão de notícias falsas e difamatórias sobre Fernando Haddad e o Partido dos Trabalhadores. A Folha de S. Paulo, maior jornal brasileiro, noticiou em 18 de outubro de 2018 que um conjunto de empresários teria firmado contratos, com valores de R\$ 12

³https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2018/10/19/interna_internacional,998510/as-frases-explosivas-e-os-exercicios-de-tolerancia-de-jair-bolsonaro.shtml

⁴ <https://blogdacidadania.com.br/2018/10/bolsonaro-sugere-fim-do-ativismo-no-brasil-ou-seria-dos-ativistas/>

milhões, não declarados à Justiça Eleitoral, para difusão de notícias falsas via Whatsapp⁵.

As instituições brasileiras, contudo, não têm respondido de forma diligente às denúncias referentes às declarações que violam direitos humanos, às agressões ocorridas por motivação política e à difusão de notícias falsas e difamatórias. Apresentaremos, na sistematização abaixo, exemplos de declarações proferidas por Jair Bolsonaro, bem como alguns dos episódios de violência perpetrados por seus apoiadores.

1) Denúncias de agressões perpetradas por apoiadores de Bolsonaro

Levantamento realizado pela Agência Pública, em parceria com a Open Knowledge Brasil, aponta a ocorrência de pelo menos 70 casos de agressões e ameaças entre os dias 30 de setembro e 10 de outubro⁶. Destes, 50 teriam sido realizados por apoiadores de Bolsonaro, 6 teriam sido realizados contra os apoiadores de Bolsonaro, e os demais foram classificados como indefinidos.

As agressões e ameaças também atingem jornalistas, que passaram a ser agredidos física e verbalmente por supostamente divulgarem matérias com conteúdo ideológico durante a cobertura do processo eleitoral. No último dia 8 de outubro, a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (ABRAJI) divulgou em nota a ocorrência de 130 casos de violência contra jornalistas em contexto político-eleitoral. Segundo a associação, foram 75 ataques por meios digitais (com 64 profissionais afetados) e outros 62 casos físicos (com 60 atingidos).

Como se não bastasse, a edição especial do jornal Brasil de Fato, que trazia foto dos dois principais candidatos com a manchete “Você decide o futuro do Brasil”, foi censurada durante o processo eleitoral. No último sábado (20), o Tribunal Regional Eleitoral do Rio de Janeiro (TRE-RJ) determinou a apreensão de 30 mil exemplares do jornal que estavam na sede do Sindicato dos Petroleiros do Norte Fluminense (Sindipetro-NF) na cidade de Macaé.⁷

Destacamos, abaixo, alguns casos que se tornaram emblemáticos neste período:⁸

⁵<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/empresarios-bancam-campanha-contra-o-pt-pelo-whatsapp.shtml>

⁶<https://apublica.org/2018/10/apoiadores-de-bolsonaro-realizaram-pelo-menos-50-ataques-em-todo-o-pais/>

⁷<https://www.brasildefato.com.br/2018/10/22/censura-ao-brasil-de-fato-evidencia-partidarizacao-da-justica-eleitoral/>

⁸https://brasil.elpais.com/brasil/2018/10/09/politica/1539112288_960840.html

- Em Salvador, o Mestre de Capoeira Moa Katendê foi assassinado por apoiador de Bolsonaro com 12 facadas em bar após declarar apoio ao candidato Fernando Haddad. O agressor confessou à polícia a motivação político-partidária do crime.⁹
- Em Recife, uma jornalista foi agredida e ameaçada de estupro por dois homens depois de votar no primeiro turno das eleições. Os agressores, um dos quais vestia camisa do candidato do PSL, diziam “Quando o Comandante ganhar a eleição, a imprensa irá morrer.”¹⁰
- Em Curitiba, um estudante universitário foi atacado por motivação política, apenas por portar um boné do MST (Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra).¹¹
- LGBTIS: uma travesti foi assassinada a facadas em SP¹²; uma transexual ameaçada e agredida no Rio com gritos homofóbicos e apologia ao candidato à Presidência do PSL, Jair Bolsonaro¹³; um rapaz homossexual foi assassinado em Curitiba, encontrado morto dentro do armário¹⁴.
- No Rio de Janeiro, um grupo de estudantes da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio) foi agredido enquanto distribuía materiais de apoio a Fernando Haddad por um grupo de seis homens que gritavam frases de apoio a Jair Bolsonaro. Um dos jovens foi agredido com uma barra de ferro no rosto, e encaminhado ao hospital.¹⁵

2) Principais declarações de Bolsonaro contra DH

A vida pública e trajetória política de Jair Bolsonaro são marcadas por discursos de profundo desrespeito aos direitos humanos, às instituições

⁹<https://www.estadao.com.br/noticias/geral,policia-conclui-que-assassinato-de-capoeirista-foi-cometido-por-discussao-politica,70002551987>

¹⁰<http://marcozero.org/jornalistas-viram-alvo-de-ataques-de-apoiadores-de-bolsonaro/>

¹¹<https://www1.folha.uol.com.br/poder/2018/10/em-campanha-polarizada-pais-registra-agressoes-ligadas-a-discussao-eleitoral.shtml>

¹²<https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2018/10/16/policia-investiga-assassinato-de-travesti-no-centro-de-sp-testemunha-relata-motivacao-politica.htm>

¹³<https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/10/5582426-ex-furacao-2000-mulher-trans-e-atacada-com-barra-de-ferro-por-apoiadores-de-bolsonaro.html>

¹⁴<https://revistaladoa.com.br/2018/10/noticias/um-gay-morto-no-armario-e-um-assassino-obcecado-por-bolsonaro/>

¹⁵ <https://odia.ig.com.br/eleicoes/2018/10/5585246-estudante-da-unirio-e-agredido-com-barra-de-ferro-na-cabeca-durante-panfletagem.html>

democráticas, às populações historicamente oprimidas. Muitos são os trechos de discursos, entrevistas e debates que evidenciam o caráter autoritário e discriminatório que lastreia o projeto político de Bolsonaro.

a) Sobre a escravidão e a dívida histórica do Brasil com a população negra:

- Se for ver a história, o português nem pisava na África. Eram os próprios negros que entregavam os escravos. Que dívida é essa?¹⁶
- *[Por que o senhor é contra as cotas raciais?]* Porque todos nós somos iguais perante a lei. Eu não entraria num avião pilotado por um cotista, e nem aceitaria ser operado por um médico cotista¹⁷.
- *[Preta Gil pergunta: Se seu filho se apaixonasse por uma negra, o que você faria?]* Ô Preta, eu não vou discutir promiscuidade com quem quer que seja. Eu não corro esse risco e os meus filhos foram muito bem educados, e não viveram em ambientes como lamentavelmente é o seu¹⁸

b) Sobre os direitos da população LGBT:

- Não vou combater nem discriminar, mas, se eu vir dois homens se beijando na rua, vou bater.¹⁹
- *[Sobre o Projeto de Lei contra a homofobia]* Gostar de homossexual? Ninguém gosta, a gente suporta. (...) É um cúmulo aprovar esse projeto e ser preso por causa de um boiola!²⁰
- O filho começa a ficar assim meio gayzinho, leva um coro e ele muda o comportamento dele. Tá certo? Já ouvi de alguns aqui: olha, ainda bem que levei umas palmadas, meu pai me ensinou a ser homem²¹.

¹⁶ Programa Roda Viva - TV Cultura - Julho de 2018. Disponível em:

<https://youtu.be/vtbXWVEWI88>

¹⁷ Programa CQC, TV Bandeirantes, março de 2011. Disponível em https://youtu.be/XHj_yoggvMo

¹⁸ Programa CQC, TV Bandeirantes, março de 2011. Disponível em https://youtu.be/XHj_yoggvMo

¹⁹ Apoio de FHC à união gay causa protestos. Folha de S. Paulo, Caderno Cotidiano, página C5, 19/05/2002. Disponível em: <https://acervo.folha.com.br/leitoeitor.do?numero=15350&anchor=129630&origem=busca&pd=e490a4d4938f3c3c9e6bdaec462c21a2>

²⁰ Entrevista em 12/05/2011, disponível em <https://congressoemfoco.uol.com.br/especial/noticias/bolsonaro-e-marinor-quase-saem-no-tapa-no-senado/> e <https://youtu.be/50NvJ4DutO0>

²¹ Programa "Participação Popular", TV Câmara, 25/11/2010. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=HFvnlWX3txI>

- *[O que você faria se tivesse um filho gay?]* Isso nem passa pela minha cabeça, porque eu dei uma boa educação. Fui um pai presente, então não corro esse risco²².
- Seria incapaz de amar um filho homossexual. Não vou dar uma de hipócrita aqui: prefiro que um filho meu morra num acidente do que apareça com um bigodudo por aí. Para mim ele vai ter morrido mesmo (...) Se um casal homossexual vier morar do meu lado, isso vai desvalorizar a minha casa! Se eles andarem de mão dada e derem beijinho, desvaloriza²³.

c) Sobre as populações indígenas, quilombolas, sem-terra e organizações da sociedade civil:

- Pode ter certeza, se eu chegar lá não vai ter dinheiro pra ONG. Esses inúteis vão ter que trabalhar. Se eu chegar lá, no que depender de mim, todo o cidadão vai ter uma arma de fogo dentro de casa. Não vai ter um centímetro demarcado pra reserva indígena ou pra quilombola. Com parcerias, nós vamos resgatar esse Brasil²⁴.
- *[Em visita a Eldorado dos Carajás, no sudoeste do Pará, defendendo os policiais presos pela chacina de 19 trabalhadores rurais sem-terra]* Quem tinha que estar preso era o pessoal do MST (Movimento dos Sem Terra), gente canalha e vagabunda. Os policiais reagiram para não morrer" e, ao se dirigir aos ruralistas: "Não vai ter um canalha de fiscal metendo a caneta em vocês", "Direitos humanos é a pipoca, pô."²⁵

d) Sobre a ditadura militar e o regime democrático:

Durante a ditadura militar no Brasil (1964-1985), o governo montou um enorme aparato repressivo para combater os opositores políticos, sob a égide da doutrina da segurança nacional, que sistematicamente cometeu violações de

²² Programa CQC, TV Bandeirantes, março de 2011. Disponível em https://youtu.be/XHj_yoggvMo

²³ Revista Playboy, junho de 2011. Disponível em: https://www.terra.com.br/noticias/brasil/bolsonaro-prefiro-filho-morto-em-acidente-a-um-homossexual_cf89cc00a90ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html

²⁴ Palestra no Clube Hebraica, Abril de 2017. Disponível em: <https://youtu.be/yablVrYCvdo>

²⁵<https://noticias.uol.com.br/politica/eleicoes/2018/noticias/agencia-estado/2018/07/14/no-para-bolsonaro-defende-pm-por-massacre-em-carajas.htm>

direitos humanos. A política de segurança nacional constituiu-se de um arcabouço legal criado para legitimar a repressão a cidadãos que se opunham ao regime. A prática da tortura passou a ser usada sistematicamente pelo Estado como método de obtenção de informações ou confissões (técnica de interrogatório) ou como forma de disseminar o medo (estratégia de intimidação).²⁶

Diferente de países como Paraguai, Uruguai, Argentina e Bolívia, que sofreram golpes militares seguidos de governos ditatoriais durante o mesmo período no passado, o Brasil não conseguiu conciliar de maneira efetiva seu processo histórico de busca de memória, verdade, justiça e reparação para as vítimas daquele período. Esse processo, como se sabe, basilar para a consolidação da democracia em um país, não ocorreu no Brasil e o fato que as violações de direitos humanos cometidas naquela época possam permanecer impunes, permitem que o discurso de ódio se apresente, contamine o tecido e as relações sociais e se desvele de uma maneira contundente que beira o fascismo, em falas e posicionamentos do candidato, como por exemplo:

- Eu sou favorável à tortura, e você sabe isso. E o povo é favorável a isso também²⁷.
- *[Apresentador: Se você fosse o presidente da república você fecharia hoje o congresso nacional?]* Não tenho a menor dúvida. Daria golpe no mesmo dia. Não funciona. E tenho certeza que 90% da população aplaudiria. O Congresso não serve pra nada²⁸.
- Não vai falar de ditadura militar aqui. Só desapareceram 282 a maioria marginais, assaltantes de bancos, sequestradores²⁹.
- Através do voto você não vai mudar nada nesse país, nada, absolutamente nada. Você só vai mudar, infelizmente, quando um dia nós partimos para uma guerra civil aqui dentro.(...) Matando! Se vai morrer inocentes, tudo bem. Tudo que é guerra morre inocentes.³⁰
- Promessa de tipificar as ações de movimentos sociais de luta pela terra como terrorismo e de coibir com "a lei no lombo" em discurso exibido em

²⁶ Corte IDH. Caso Herzog e outros v. Brasil, Sentença de 15 de março de 2018, Exceções Preliminares, Mérito, Reparações e Custas. par. 239 f. Disponível em http://www.corteidh.or.cr/docs/casos/articulos/seriec_353_por.pdf

²⁷ Programa Câmera Aberta - 23/05/1999. Disponível em: <https://youtu.be/qIDyw9QKIvw>

²⁸ Programa Câmera Aberta - 23/05/1999. Disponível em: <https://youtu.be/qIDyw9QKIvw>

²⁹ Programa Câmera Aberta - 23/05/1999. Disponível em: <https://youtu.be/qIDyw9QKIvw>

³⁰ Programa Câmera Aberta - 23/05/1999. Disponível em: <https://youtu.be/qIDyw9QKIvw>

telão na Avenida Paulista: “A faxina agora será muito mais ampla. Essa turma, se quiser ficar aqui, vai ter que se colocar sob a lei de todos nós. Ou vão pra fora ou vão pra cadeia. Esses marginais vermelhos serão banidos de nossa pátria”.³¹

A esse respeito, o Escritório do Alto Comissariado das Nações Unidas, escritório regional para a América do Sul, já se havia manifestado, inclusive contrariamente ao próprio candidato, em 2016, quando a época este exercia mandato parlamentar como deputado federal. O representante para a América do Sul Amerigo Incalcaterra condenou a apologia a tortura “We strongly repudiate all sorts of apologies of human rights violations such as torture, which is absolutely prohibited under the Brazilian constitution and the international human rights law. Such kinds of comments are unacceptable, particularly when expressed by representatives of the Brazilian institutions and elected by popular vote”³².

3) Pedidos:

- A. Pronunciamento público condenando a violência demonstrada nos diversos casos;
- B. Pronunciamento público para que as instituições brasileiras garantam o direito à liberdade de associação e manifestação política;
- C. Pronunciamento público face às ameaças ao estado democrático de direito e aos direitos humanos facilmente identificadas nos diversos discursos do candidato Jair Bolsonaro;

Brasil, 24 de outubro de 2018.

Assinam:

Articulação Justiça e Direitos Humanos – JusDh

Associação de Juízes para a Democracia - AJD

Associação Brasileira de Juristas pela Democracia

Articulação de Mulheres Brasileiras

³¹<https://jornalistaslivres.org/bolsonaro-ameaca-prender-todos-os-que-discordarem-dele/>

³² <http://acnudh.org/en/brazil-ohchr-south-america-repudiates-anti-human-rights-rhetoric-in-congress/>

Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS - ABIA
Associação de Advogados/as de Trabalhadores/as Rurais da Bahia – AATR
Aliança Nacional LGBTI
Amigos da Terra – Brasil
Center for Justice and International Law - CEJIL
Centro de Estudios Legales y Sociales - CELS
Central de Movimentos Populares - CMP
Centro de Cultura Negra do Maranhão
Centro de Defesa dos Direitos Humanos Dom Tomás Balduino
Centro de Direitos Econômicos e Sociais - CDES
Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social - CENDHEC
Centro de Direitos Humanos de Sapopemba
Centro Feminista de Estudos e Assessoria – CFEMEA
Centro Gaspar Garcia de Direitos Humanos
Coletivo por um Ministério Público Transformador - Transforma MP
Coletivo Margarida Alves de Assessoria Popular
Comissão Pastoral da Terra – CPT
Comitê Brasileiro de Defensoras e Defensores de Direitos Humanos
Comitê Latino-americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher -
CLADEM Brasil
Confederação Nacional das Associações de Moradores - CONAM
Conselho Indigenista Missionário – CIMI
Conselho Nacional de Ouvidorias Externas das Defensorias Públicas
Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais
Quilombolas - CONAQ
Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional – FASE
Federação Internacional de Direitos Humanos - FIDH
FIAN Brasil
Fórum Nacional da Reforma Urbana - FNRU
Gabinete de Assessoria Jurídica às Organizações Populares - Gajop
Grupo Dignidade
Instituto Brasileiro de Direito Urbanístico – IBDU

Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos – IDDH
Instituto dos Defensores de Direitos Humanos – DDH
Instituto Pólis
Intervozes - Coletivo Brasil de Comunicação Social
Iser Assessoria
Jubileu Sul Brasil
Justiça Global
Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST
Movimento Nacional de Luta pela Moradia - MNLM
Observatório das Metrôpoles
Plataforma de Direitos Humanos - Dhesca Brasil
Plataforma dos Movimentos Sociais pela Reforma do Sistema Político
Rede Nacional de Advogadas e Advogados Populares - RENAP
Sociedade Maranhense de Direitos Humanos
SOS Corpo Instituto Feminista para a Democracia
Terra de Direitos
União Nacional por Moradia Popular – UNMP